



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

A
Universidade do Estado de Santa Catarina
Pregão Presencial nº 0777/2016

A/C Comissão de Licitações

Referente a contratação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas e rodoviárias, nacionais e internacionais, bem como demais serviços correlatos.

ARANCÍBIA VIAGENS LTDA, CNPJ nº 89.624.373/0001-47 sediada na Rua dos Andradas, 955/402 - Centro - Porto Alegre - RS, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar tempestivamente sua **CONTRARAZÃO** aos recursos interposto.

Nossa empresa encontra-se no mercado do turismo a 30 anos, sempre agindo com profissionalismo e idoneidade, cumprindo com todas as obrigações tributárias e trabalhistas, possuímos profissionais altamente habilitados e capacitados e somos cadastrados em todos os órgãos regulamentados (Embratur - Certificado Cadastur, Abav - Associação Brasileira das Agências de Viagem pela profissão, SNEA - Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, incluindo também o IATA - International Air Transport Association - (certificado concedido apenas para as agências autorizadas a emitir passagens aéreas internacionais e nacionais on line).

Temos ciência que em todo processo licitatório deve ser assegurado a lisura e eficiência nos gastos públicos sendo a licitação ato vinculado, por meio do qual seleciona-se a melhor proposta, sendo assim, afirmamos que nossa proposta atendeu a todas as exigências do edital e da lei, trata-se de uma oferta plenamente exequível, consciente e similar a propostas já apresentadas e aprovadas em outros certames, fora os fatores já mencionados a proposta apresentada não se enquadra no conceito legal de proposta inexequível pois, inexistindo limites impostos pelo edital, interpreta-se despropositada esta alegação.

A proposta apresentada baseia-se nas diretrizes da Lei, tendo como referência as exigências do edital.

As razões apresentadas pelas concorrentes não procedem, uma vez que, estamos cumprindo com todas as questões legais previstas em lei, garantimos a execução do contrato sim, em toda sua operacionalidade assim como garantimos a transparência e qualidade dos serviços apresentados. Possuímos estrutura com recursos de informática, pessoal qualificado e equipamentos capazes de atender com eficiência a mais este contrato, sem ter a necessidade de novos investimentos, além disso, assim como nossas concorrentes, temos benefícios indiretos das Cias aéreas, onde os mesmos são gerados com base no

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

volume de vendas desta agência. Estes incentivos pertencentes a nossa agência, serão distribuídos entre os demais serviços, suprimindo assim a margem ofertada em seção. Sendo assim a administração de nossa empresa, não vê a necessidade de onerar os cofres públicos.

Esta prática é a utilizada por diversas outras agências em outros certames, o que firma ser uma prática real e não um ato na contramão, como menciona a recorrente.

Considerando a nova realidade do mercado e tratando-se de exequibilidade não cabe desclassificar a proposta sobre a pretensa alegação de que a mesma ser inexequível, se assim fosse estaríamos afrontando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que é o princípio básico a ser observado na condução do certame sob pena de quebra da isonomia, conforme artigo a seguir 3º da Lei de Licitações.

..... Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

Ainda Marçal Justein Filho ressalta em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos, 2005, conforme conteúdo transcrito a seguir:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública [...], como bem fez a Ilustre Comissão, e ainda ressalta em outro trecho: [...] Nem mesmo vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las.[...].

O próprio Tribunal de Contas da União já se posicionou que, no que se refere à inexequibilidade, entende que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosa para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objeto do Estado, espolar o particular. Por outro lado, cabe ao próprio particular a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. (Acórdão 697/2006 – Plenário).

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

Não bastando isso, mostra-se extremamente salutar para a Administração Pública que as empresas prestadoras dos serviços possam manejar seus instrumentos contratuais e suas relações de mercado de tal forma a propiciar sempre a melhor proposta e os melhores serviços para os contratos públicos, para além de sua conformidade com o entendimento jurisprudencial, inexistindo motivo fático ou jurídico para o provimento de recurso manejado.

Referindo-se a apresentação da documentação apresentada em nossa qualificação técnica, as afirmativas de nossa concorrente, em dizer que os documentos apresentados são de terceiros e não apresentam vínculo com nossa empresa, não deve prosperar.

Primeiramente não utilizamos nenhuma Empresa Consolidadora, as declarações apresentadas estão todas em nome da nossa agência, com referência ao nosso CNPJ. Quanto ao Certificado IATA (*International Air Transport Association*) apresentado em nome de M.A. Operadora, vincula-se sim a Arancibia Vigens Ltda, pois refere-se ao nome fantasia utilizado por nossa agência anteriormente a nossa alteração contratual. Ocorre que a renovação deste certificado se faz necessária apenas uma vez ao ano, sob pagamento de uma taxa com valor bem significativo e ocorre normalmente no mês de janeiro. Nossa alteração contratual foi feita em março, sendo assim posterior a emissão do certificado. Conforme prevê a Lei, nossa alteração contratual é Consolidada e Registrada na Junta Comercial, o que nos deixa isentos da apresentação das alterações contratuais anteriores.

O procedimento de consolidar num só documento todas as alterações feitas no contrato original, facilita o seu manuseio e evita a perda das alterações, principalmente no caso de haver dezenas de alterações. Sendo assim não vemos apoio jurídico para a inabilitação de nossa empresa, pois é sabido que todas as alterações até ali estão consolidadas em um só documento, este registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

A não aceitação do referido documento estaria indo contra a própria Lei.

As alegações da SLC Viagens, não devem majorar, pois a documentação apresentada, não refere-se a terceiros e sim a Arancibia Viagens Ltda, cumprindo-se assim todas as exigências do edital.

Sendo assim afirmamos que o certame atendeu a todos os princípios constitucionais e administrativos atendendo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e que as alegações das recorrentes **não devem prosperar**, desta forma afirmamos que:

A proposta vencedora é exequível, consciente atendendo a todas as exigências do edital e seus anexos.

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.



SOLUÇÕES EM VIAGENS

R. dos Andradas 955/401
Porto Alegre/RS - CEP 90020-005
contato@matravel.com.br
(51) 3012.7474 - Fax: (51) 3012.5152
www.matravel.com.br

Ante o exposto requeremos a Vossa Senhoria que receba as contrarrazões aqui aduzidas em memorial, para negar provimento aos recursos interpostos, mantendo a decisão da ilustre comissão, que declarou a empresa **ARANCIBIA VIAGENS LTDA** como vencedora, vez que a recorrida atendeu a todos os requisitos do edital e da lei;

Porto Alegre, 13 de outubro de 2014.


Taliana Baroni Becker
RG: 1084541091 CPF: 004.256.730-06
Sócia – Diretora

89.624.373/0001-47
ARANCIBIA VIAGENS LTDA.
RUA DOS ANDRADAS, 955-SALA 402
CENTRO HISTÓRICO-CEP 90.020-005
PORTO ALEGRE-RS

SUA VIAGEM COMEÇA AQUI.

ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**NIRE 43.200.720.711****CNPJ 89.624.373/0001-47****ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

TAHIANA BARONI BECKER, brasileira, empresária, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, que em virtude do casamento passa a chamar-se **TAHIANA BARONI BECKER MAEDA**, nascida em 19/03/1983, natural de Porto Alegre/RS, portadora da carteira de identidade nº 1084541091, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob nº 004.256.730-06 e

FERNANDO SATOSHI MAEDA, brasileiro, empresário, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido 18/05/1980, natural de Porto Alegre/RS, portador da Carteira de Identidade nº 1074209683, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF sob nº 970.230.000-20, ambos residentes e domiciliados em Viamão-RS, a rua Pardal, nº 498, Condomínio Buena Vista.

Sócios da sociedade limitada **ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 89.624.373/0001-47, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 270, coj. 305, CEP 90020-060, Porto Alegre/RS, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 43.200.720.711, em 01/02/1984, e posteriores alterações, resolvem na melhor forma de direito, Alterar e Consolidar o seu Contrato Social como segue:

1- ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A empresa passa a ter sua sede na rua **Jerônimo Coelho**, nº 102, sala nº 11, Bairro Centro, em Porto Alegre – RS , CEP 90010-240.

2 - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

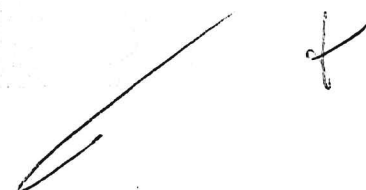
A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não alcançadas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Após as alterações efetuadas, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO, SEDE OBJETO E DURAÇÃO

Primeira: ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME, é uma sociedade limitada, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais e aplicáveis, e utiliza o nome fantasia **M A TRAVEL OPERADORA**.

Segunda: A sociedade tem por objeto social a dedicação exclusiva as atividades de agência de viagens, turismo e eventos, conforme legislação em vigor.

Terceira: A sociedade iniciou suas atividades em 01/02/1984 e tem duração por tempo indeterminado, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Quarta: A sociedade tem sua sede na rua Jerônimo Coelho, nº 102, sala nº 11, Bairro Centro, em Porto Alegre – RS, CEP 90010-240.

DO CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE

Quinta: O capital é de 188.500,00 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais), dividido em 188.500 (cento e oitenta e oito mil e quinhentos reais) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional, distribuído da seguinte forma:

FERNANDO SOTOSHI MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TAHIANA BARONI BECKER MAEDA	detém	94.250 cotas	R\$ 94.250,00	50%
TOTAL		188.500	R\$ 188.500,00	100%

Sexta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Sétima: As cotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração pertinente.

Parágrafo Único: A aquisição de cotas do sócio retirante, pela sociedade será feita com a utilização de fundos disponíveis e sem ofensa ao capital social.

Oitava: O cotista que quiser transferir suas cotas de capital ou parte delas, comunicará por escrito à sociedade, indicando o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso, se a sociedade não tiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado na

cláusula anterior, e ainda se o sócio remanescente também não interessa a aquisição das cotas oferecidas, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Nona: A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Parágrafo Único: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

DO EXERCÍCIO, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Décima: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sócia administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à liberação do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima Primeira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que levantar-se-á o balanço da Sociedade e demais demonstrações financeiras, na forma e nas condições determinadas em lei.

Parágrafo Primeiro: Os resultados apurados serão distribuídos entre os sócios, não havendo necessidade de se observar a participação dos sócios na capital social para essa distribuição, depois de constituídas as reservas exigidas em lei ou as que forem julgadas oportunas.

Parágrafo segundo: Os lucros apurados em balanço anuais serão divididos entre os sócios na proporção de suas participações no capital social, salvo se deliberado em contrário pelos sócios que representam $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou mais do capital social. Entretanto, a critério da administração, poderão ser mantidos em cotas de fundo de reservas, ou em suspenso, de acordo com os interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais prejuízos, apurados em balanços anuais, serão suportados pelas sócias, na proporção das cotas de capital por elas subscritas; entretanto será facultativo à administração mantê-los em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros, desde que permitido pela legislação.

Décima Segunda: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as cotas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DE RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Décima Terceira: Manifestada, por escrito, a intenção de um ou mais sócios de se retirar da sociedade, com um antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá o outro



sócio optar entre a dissolução de sociedade ou a compra das cotas do sócio retirante, apurados e pagos seus haveres na forma e nos prazos da décima quinta cláusula.

Décima Quarta: Os sócios de detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social integralizado, poderão a qualquer tempo, por qualquer motivo, excluir da sociedade um ou mais sócios. Tenho para tanto, podres para alterar seu contrato social.

Décima Quinta: As cotas de capital do sócio retirante, excluído ou inabilitado, serão apuradas na proporção em que estiverem integralizadas, conforme Balanço que se levantará até trinta dias após o evento. Tão somente para efeito de apuração do valor real do Patrimônio Líquido. Os bens móveis e imóveis da sociedade serão considerados pelos valores registrados na contabilidade, não cabendo avaliação pelo valor de mercado. A sociedade poderá pegar as cotas do sócio retirante, excluído ou inabilitado em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juro anual de 12 %"

Décima Sexta: Em caso de morte ou de interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. As cotas do falecido a cargo da maioria simples do capital social, aceitar ou não como sócio os herdeiros legais.

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Décima Sétima: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão os liquidantes, determinando seus poderes, função e remuneração. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva, em relação a seu sócio.

DO DESEMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Décima Oitava: As divergências, que por ventura surgirem entre os sócios, serão dirigidas por árbitros, competindo a cada sócio a escolha de um, em caso de empate, escolherão um terceiro para proferir a decisão.

Décima Nona: A sociedade, em qualquer tempo, poderá transformar o seu tipo jurídico em outro.



Vigésima: A modificação do Contrato Social dar-se-ão de acordo com a o artigo 997 á 999 do Novo Código Civil.

Vigésima Primeira: A sócia administradora declara, sob as penas de lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime familiar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Vigésima Segunda: Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem juntos e contratados, assim a presente Alteração e Consolidação do Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 02 de maio de 2013.



TAHIANA BARONI BECKER MAEDA

CPF 004.256.730-06



FERNANDO SATOSHI MAEDA

CPF 970.230.000-20

ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME

NIRE 43.200.720.711

CNPJ 89.624.373/0001-47

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

TAHIANA BARONI BECKER MAEDA, brasileira, empresária, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, nascida em 19/03/1983, natural de Porto Alegre/RS, portadora da carteira de identidade nº 1084541091, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob nº 004.256.730-06 e

FERNANDO SATOSHI MAEDA, brasileiro, empresário, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido 18/05/1980, natural de Porto Alegre/RS, portador da Carteira de Identidade nº 1074209683, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF sob nº 970.230.000-20, ambos residentes e domiciliados em Viamão-RS, a rua Pardal, nº 498, Condomínio Buena Vista.

Sócios da sociedade limitada **ARANCIBIA TURISMO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 89.624.373/0001-47, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 270, coj. 305, CEP 90020-060, Porto Alegre/RS, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 43.200.720.711, em 01/02/1984, e posteriores alterações, resolvem na melhor forma de direito, Alterar e Consolidar o seu Contrato Social como segue:

1- ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A empresa passa a ter sua sede na rua dos Andradas, nº 955, sala nº 401, Bairro Centro, em Porto Alegre – RS , CEP 90020-006.

2 – ALTERAÇÃO NOME FANTASIA

A sociedade passa ter seu nome fantasia de **M. A. TRAVEL SOLUÇÕES EM VIAGENS**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não alcançadas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Após as alterações efetuadas, os sócios resolvem consolidar o seu contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

A large, sweeping handwritten signature in black ink is positioned at the bottom center of the page. To its right, there are smaller handwritten initials or marks, including a stylized 'f' and some blue ink scribbles.

82

se a sociedade não tiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado na cláusula anterior, e ainda se o sócio remanescente também não interessa a aquisição das cotas oferecidas, o sócio poderá transferi-las ao pretendente indicado.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Nona: A sociedade será administrada por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, com poderes e atribuições administrativas, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alinear bens imóveis da sociedade, sem autorização de outro sócio.

Parágrafo Único: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes, que será levada à conta de Despesas Gerais.

DO EXERCÍCIO, DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Décima: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sócia administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a liberação do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Décima Primeira: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que levantar-se-á o balanço da Sociedade e demais demonstrações financeiras, na forma e nas condições determinadas em lei.

Parágrafo Primeiro: Os resultados apurados serão distribuídos entre os sócios, não havendo necessidade de se observar a participação dos sócios na capital social para essa distribuição, depois de constituídas as reservas exigidas em lei ou as que forem julgadas oportunas.

Parágrafo segundo: Os lucros apurados em balanço anuais serão divididos entre os sócios na proporção de suas participações no capital social, salvo se deliberado em contrário pelos sócios que representam $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou mais do capital social. Entretanto, a critério da administração, poderão ser mantidos em cotas de fundo de reservas, ou em suspenso, de acordo com os interesses da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Os eventuais prejuízos, apurados em balanços anuais, serão suportados pelas sócias, na proporção das cotas de capital por elas subscritas; entretanto será facultativo à administração mantê-los em suspenso, a fim de compensá-los com lucros futuros, desde que permitido pela legislação.

Décima Segunda: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as cotas e designarão administrador(es) quando for o caso.

DE RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Décima Terceira: Manifestada, por escrito, a intenção de um ou mais sócios de se retirar da sociedade, com um antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá o outro


003

sócio optar entre a dissolução de sociedade ou a compra das cotas do sócio retirante, apurados e pagos seus haveres na forma e nos prazos da décima quinta cláusula.

Décima Quarta: Os sócios de detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social integralizado, poderão a qualquer tempo, por qualquer motivo, excluir da sociedade um ou mais sócios. Tenho para tanto, podres para alterar seu contrato social.

Décima Quinta: As cotas de capital do sócio retirante, excluído ou inabilitado, serão apuradas na proporção em que estiverem integralizadas, conforme Balanço que se levantará até trinta dias após o evento. Tão somente para efeito de apuração do valor real do Patrimônio Líquido. Os bens móveis e imóveis da sociedade serão considerados pelos valores registrados na contabilidade, não cabendo avaliação pelo valor de mercado. A sociedade poderá pagar as cotas do sócio retirante, excluído ou inabilitado em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juro anual de 12 %

Décima Sexta: Em caso de morte ou de interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá. As cotas do falecido a cargo da maioria simples do capital social, aceitar ou não como sócio os herdeiros legais.

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Décima Sétima: Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão os liquidantes, determinando seus poderes, função e remuneração. O valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva, em relação a seu sócio.

DO DESEMPEDIMENTO

Os sócios declaram, sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Décima Oitava: As divergências, que por ventura surgirem entre os sócios, serão dirigidas por árbitros, competindo a cada sócio a escolha de um, em caso de empate, escolherão um terceiro para proferir a decisão.

Décima Nona: A sociedade, em qualquer tempo, poderá transformar o seu tipo jurídico em outro.



Vigésima: A modificação do Contrato Social dar-se-ão de acordo com a o artigo 997 á 999 do Novo Código Civil.

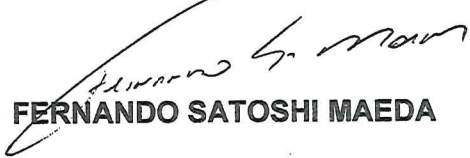
Vigésima Primeira: A sócia administradora declarará, sob as penas de lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime familiar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Vigésima Segunda: Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem juntos e contratados, assim a presente Alteração e Consolidação do Contrato Social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 2013.


TAHIANA BARONI BECKER MAEDA
CPF 004.256.730-06


FERNANDO SATOSHI MAEDA
CPF 970.230.000-20



